

UNIDADE II. EXPANSÃO E CONQUISTAS ULTRAMARINAS: A FORMAÇÃO DOS IMPÉRIOS

**Aula 5: Expansão ultramarina: processos
e mercadorias**

CRONOLOGIA DOS REIS – PORTUGAL

Dinastia de Borgonha

Afonso Henriques (infante e príncipe) 1128-1139 (rei) 1139 - 1185

Sancho I 1185 - 1211

Afonso II 1211- 1223

Sancho II 1223- 1248

Afonso (regente) 1245 - 1248

Afonso III 1248 - 1279

Dinis 1279 - 1325

Afonso IV 1325 - 1357

Pedro I 1357- 1367

Fernando I 1367- 1383

D. Beatriz (Leonor Teles, regente) 1383

João, Mestre de Avis (regente) 1383-5

AVIS

João I 1385 - 1433

Duarte 1433 - 1438

Afonso V 1438 - 1481

Leonor de Aragão e Pedro de Coimbra (regentes) 1438 - 1439

Pedro de Coimbra (regente) 1439 - 1448

João (regente) 1476 - 1477

João II 1481 - 1495

Manuel I 1495 - 1521

João III 1521- 1557

D. Catarina (regente)

D. Sebastião 1568 - 1578

Cardel D. Henrique 1578 - 1580

Considerações Gerais

Passagem da Unidade I para a Unidade II

Formação do Estado ----- Expansão

Aulas:

- EXPANSÃO – MERCADOS
- IMPACTO DO CONHECIMENTO – CULTURA
- CENTRALISMO PARTICULARISMOS NA ADMINISTRAÇÃO DO IMPÉRIO

- **Questão Central:** dos mundos separados à expansão europeia – a inserção de Portugal na Economia-mundo euro-atlântica
- **Especificidades:** expansão, conquista, dominação, colonização, exploração

Boa parte da bibliografia mais tradicional e de grande público atribui o processo aos monarcas e governantes, tanto no desenvolvimento da navegação, do comércio, da conquista, quanto no fracasso da administração, no desastre e na perda da autonomia do reino. Mas, é preciso discutir os aspectos sociais e culturais, bem como as especificidades



1. A “crise” das economias fechadas na Europa: o lugar da Península Ibérica - a crise europeia do século XIV - por que "expandir"?

- a partir do séc. XIV a exploração da nobreza sobre as populações do campo já não é suficiente para a manutenção das suas necessidades
- até por volta de 1300 o crescimento da pop. europeia era favorável, mas a partir de meados do século XIV a “crise” que aliou FOME/PESTE/GUERRA acabou dizimando 2/3 da população
- Superação da “crise”: despovoamento das regiões marginais e migração para as cidades

Para **Fernand Braudel**, o desenvolvimento do Capitalismo deve ser entendido na seguinte relação:

CONSUMO/CIRCULAÇÃO/PRODUÇÃO

Sequência que ele apresenta no primeiro volume da obra **Civilização Material, Economia e Capitalismo**

Esta interpretação difere da sequência:

Produção/Circulação/Consumo, utilizada pela teoria econômica clássica do séc, XVIII

Assim, podemos perceber que a “crise” do século XIV, surgida do descompasso do binômio

Consumo/Produção, foi resolvida no âmbito da **Circulação**, que trouxe para o **Consumo** europeu a **Produção** de outras regiões.

CIRCULAÇÃO leva ao crescimento do uso da **MOEDA**
no estabelecimento das trocas

Da mesma maneira que o mercado necessitava de produtos, necessitava de metais para uma economia cada vez mais *monetizada* – baseada na circulação

Progressivamente, a ideia de que quanto mais metais preciosos possuísse uma cidade, ou um reino, mais rico ele seria, começa a ganhar força, e se tornará determinante no século XV.

2. Teorias sobre o papel do Estado e a Economia

- Monarquia Agrária X Monarquia Mercantil em Portugal: a concepção de João Lúcio de Azevedo em *Épocas de Portugal Económico*, 1929
- Política de Fixação X Política de Transporte: António Sérgio em *Breve Interpretação da História de Portugal*,
- para Vitorino Magalhães Godinho, **Ensaio II**, foi a partir de 1387 que surgiu em Portugal a cobrança da **SISA** - imposto generalizado, destinado a sustentar as finanças do Reino, e contra o qual nenhum “estamento” ou categoria social tem privilégio - Segundo o historiador, em 1402 ela representa cerca de 3/4 da receita total do reino

- apesar disso, apenas a terra não consegue fornecer os subsídios necessários para o abastecimento e sustentação; tanto o Reino como casas Senhoriais são obrigados a buscar além-mar as condições de sustentação e abastecimento, daí a conquista do Norte da África e das Ilhas Atlânticas a partir das primeiras décadas do século XV
- o volume das despesas era devido aos gastos com os privilégios da nobreza e do clero que, por sua vez não eram tributáveis
- novos mercados e terras permitiriam a ampliação dos recursos tributáveis por todos, inclusive pela Coroa através da aplicação das **SISAS**

“ Assim, o Estado vai se beneficiar do incremento mercantil através dos mares, graças às alfândegas, e será ele próprio armador, e mercador, com a sua rede de feitorias através de todo o globo, explorando monopólios (estancos) ou fazendo-os explorar por companhias capitalistas concessionárias; o rei, a família real, a nobreza participam nessas companhias, colocam dinheiro nos negócios, auferem pingues proventos mercantis. Não só o âmbito geográfico do Estado se alarga espantosamente além-mar, como no próprio Reino (metrópole) as suas malhas tendem agora a apertar todo o território, por meio de uma máquina burocrática e numa centralização que não extinguem senhorios e préstamos mas os modificam, integrando-se em novo contexto. A ordem jurídica emanando do poder central organiza-se, precisa-se, codifica-se.”
Godinho, Vitorino Nagalhães , **Ensaio II**, pp.45-46

Mercantilismo

Consiste em uma elaboração teórica que passou a ser discutida e adotada na segunda metade do século XVII, ou seja, após a primeira grande crise dos Impérios Ibéricos e especialmente da Espanha. Nesse momento, século XV, não há doutrina econômica que pregue teoricamente o acúmulo de metais preciosos, muito menos existe o conceito de Balança de Comércio; o que ocorre é uma idéia de que os metais podem enriquecer uma cidade através da monetarização, como aconteceu com as cidades italianas.

Slides Mapas